João Pessoa, v. 24, n. 56, maio-ago., 2025

Editorial

A *Prim@Facie*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB, vem, no seu quinquagésimo sexto número – quadrimestral nº 2, do ano de 2025 –, propor uma nova série de discussões, reunidas sob o título "Justiça social na Amazônia e os seus temas urgentes".

Em continuidade ao Dossiê anterior, os artigos reunidos nesta edição destacam contribuições para a reflexão crítica sobre a Amazônia, os direitos humanos e as questões socioambientais.

A coletânea de trabalhos apresentada oferece um rico panorama das discussões contemporâneas em torno da Amazônia, dos direitos humanos e das múltiplas dimensões de justiça social, política e ambiental. No campo jurídico, o estudo de Moura de Araújo acerca do *controle de convencionalidade nas normas ambientais* traz à tona a necessidade de harmonizar a legislação nacional com os tratados internacionais, ressaltando o papel do Judiciário na efetividade da proteção ecológica. Em complemento, a análise de Restrepo Tamayo et al. sobre a *ação eleitoral na Colômbia* evidencia os desafios político-jurídicos da região amazônica, marcada por disputas institucionais e pela fragilidade democrática.

As violações de direitos fundamentais aparecem em diversas perspectivas. O trabalho de Silva Júnior et al. denuncia *os crimes contra as mulheres em Oiapoque (AP)*, expondo uma realidade de violência estrutural e a urgência de políticas públicas de gênero. Já Assunção et al. propõem um diálogo inovador sobre a *Amazônia indígena trans*, refletindo sobre decolonialidade, reconhecimento e justiça social, questionando as fronteiras tradicionais da cidadania e da identidade. Nesse mesmo eixo de inclusão, Brito et al. abordam o *direito à educação inclusiva de crianças autistas*, e Da Silva Andrade et al. analisam *a violação do direito humano à educação* no contexto da atuação das promotorias, evidenciando a distância entre normatividade e prática.

A crítica ao modelo capitalista de urbanização na região surge em Eidelwein Silveira et al., que questionam a ideia de uma "cidade cosmofóbica", contrapondo a lógica mercantil à vivência comunitária e contra-colonial. Em outra vertente, Bettanin e Silva et al. destacam o *acesso à internet como instrumento de reconhecimento e participação*, aproximando direitos digitais da promoção da cidadania. Esse debate é ampliado por Soares Gouveia et al., que denunciam o *não reconhecimento da comunidade quilombola da Ilha de Santana*, revelando as persistentes exclusões étnico-raciais.

Os povos indígenas também ocupam lugar central. Sanchez et al. analisam o *sistema sancionador dos indígenas Wayú*, discutindo seus limites e possibilidades frente às teorias jurídicas clássicas. Já Pereira Júnior et al. resgatam a memória histórica com *a expedição alemã pelo Rio Jari*, episódio que remete à exploração estrangeira na Amazônia e aos enigmas de sua narrativa. Complementarmente, Nhabanga et al. oferecem uma *análise bibliométrica sobre direitos humanos na Amazônia*, revelando tendências de pesquisa e lacunas de investigação.

As dimensões socioambientais e raciais ganham densidade no trabalho de Nunes Ribeiro et al., que examinam *o racismo ambiental nas políticas públicas brasileiras*, conectando injustiça ecológica e desigualdade social. Por sua vez, Pires et al. apresentam a *experiência da justiça itinerante trabalhista na Amazônia*, mostrando como a adaptação institucional pode reduzir barreiras de acesso à justiça em territórios isolados.

Conjunto plural e instigante, os artigos articulam direito, memória, política e cultura para pensar os desafios amazônicos contemporâneos. Ao mesmo tempo que denunciam as violações históricas e atuais, também sugerem caminhos para a efetivação de direitos, a superação de desigualdades e a valorização das múltiplas vozes que compõem a região.

Em conjunto, os trabalhos reunidos nesta edição convidam a um olhar crítico e sensível sobre a Amazônia, compreendendo-a não como mera fronteira de recursos, mas como um verdadeiro centro de irradiação de saberes, práticas e lutas. As reflexões aqui apresentadas desafiam estruturas hegemônicas e provocam o leitor a pensar em novas formas de justiça, sustentabilidade e democracia.

Convidamos, assim, cada leitor e leitora a percorrer as páginas desta nova edição, permitindo-se ser interpelado pelas vozes, experiências e análises que nela ecoam. Que este encontro seja não apenas acadêmico, mas também um convite à transformação coletiva, ao reconhecimento das diversidades e à construção de horizontes mais justos para a Amazônia e para o mundo.

Boa leitura!

Profª. Drª. Hirdan Katarina de Medeiros Costa
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas Editor-Chefe

Prof. Dr. Dinaldo Barbosa da Silva Júnior
Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Amapá – Editor Convidado

Prof. Dr. Omar Huertas Díaz
Professor Titular - Universidad Nacional de Colombia

Prof. Dr. Diego Moura de Araújo
Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Amapá – Editor Convidado

Prof. Dr. Nicolau Eladio Bassalo Crispino
Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Amapá – Editor Convidado

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas

DOI: 10.22478/ufpb.1678-2593.2025v24n56.76484

Conteúdo sob licença *Creative Commons*: Attribuition-NonCommercial-NoDerivative 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)